

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CF RUBÉN WALTER PÉREZ ROCHIRÓ

ARGENTINA E CHILE PARA UMA ANTÁRTICA SUL-AMERICANA:  
políticas externas à luz de um clima de cooperação e desconfiança.

Rio de Janeiro

2018

CF RUBÉN WALTER PÉREZ ROCHIRÓ

ARGENTINA E CHILE PARA UMA ANTÁRTICA SUL-AMERICANA:  
políticas externas à luz de um clima de cooperação e desconfiança.

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Leonardo Faria de Mattos

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2018

## DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a minha esposa, Rosana e aos meus filhos Angela e Martín, pelo incondicional apoio e pela compreensão ao longo de todo o curso. Também dedico aos meus pais, Irma e Luís, pela educação e pelo cuidado que me permitiram chegar até aqui.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me iluminado durante essa jornada e permitido que mais este desafio seja superado.

Ao Capitão de Fragata (RM1) Nagashima, pela motivação acadêmica demonstrada e pelo esmero na orientação metodológica ao lecionar.

Ao meu orientador, Capitão de Mar y Guerra (RM1) Leonardo Faria de Mattos, pela disponibilidade irrestrita, pelas críticas sinceras e construtivas, pelos ensinamentos e pelo incentivo, que foram fundamentais para a elaboração e conclusão deste trabalho.

Aos companheiros do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores 2018, pelos debates enriquecedores e pela cordialidade a todo o momento.

À Escola de Guerra Naval, bem como à Marinha do Brasil, pela oportunidade oferecida no aprimoramento pessoal e profissional.

## RESUMO

O propósito da pesquisa é analisar as ações da política externa adotadas pela República Argentina e pela República do Chile sobre o Continente Antártico entre 1816, ano em que começa o período de independência da Coroa Espanhola nos Estados da América do Sul, e 2017. A relevância do tema fundamenta-se na oportunidade de entender como esses dois Estados executaram suas políticas externas ao longo desses anos, suas mudanças e seus acordos, mantendo suas pretensões territoriais da soberania sobre o território antártico. Para alcançar esse objetivo, realizou-se um trabalho baseado nos desenhos de pesquisa bibliográfica e documental, empregando a metodologia descritiva e analítica. O trabalho apoiou-se nos documentos assinados pelos atores em estudo, declarações políticas e fontes secundárias. O estudo das políticas externas implementadas será feito por meio da revisão de ações internacionais e outras realizadas diretamente no Continente Antártico, com a instalação e manutenção de bases permanentes e de trânsito ou verão, e apoio à comunidade científica internacional, a fim de manter sempre as ações que permitam, em um futuro incerto, reivindicar suas pretensões soberanas sobre esse vasto e inóspito território. Este detalhe permitirá avaliar os comportamentos cooperativos ou não entre esses dois Estados sul-americanos que são os mais próximos do continente gelado, suas possibilidades reais de atuar por consenso político, garantindo o tratado de 1947 ou a inclusão do Reino Unido como participante de acordos bilaterais, que pudessem dar origem a futuras reivindicações de soberania enfraquecendo o conceito da uma Antártica Sul-americana. Por fim, observa-se a necessidade de manter a linha de política externa adotada pela República Argentina em relação ao Continente Antártico, reforçando os tratados bilaterais com a República do Chile, na busca de honrar os compromissos interestaduais para a concretização, no futuro, de uma Antártica Sul-americana.

**Palavras-chave:** Política exterior. Antártica. República Argentina. República do Chile. Reino Unido.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Mapa com as distâncias que separam o Continente Antártico dos outros continentes.....	48
Figura 2	Mapa com as reclamações territoriais na Antártica.....	48
Figura 3	Mapa com a localização das Bases e dos Destacamentos Antárticos Argentinos.....	49

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AGI	Ano Geofísico Internacional
ATCM	Reunião Consultiva do Tratado da Antártica
EUA	Estados Unidos da América
PANC	Patrulha Antártica Naval Combinada
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O SEXTO CONTINENTE.....</b>	<b>12</b>
2.1	A chegada ao conhecimento do Continente Antártico.....	12
2.2	Síntese das características do Continente Antártico.....	13
2.3	Estados que reivindicam soberania e principais Estados com interesses no Continente Antártico.....	15
<b>3</b>	<b>ARGENTINA NA ANTÁRTICA.....</b>	<b>21</b>
<b>4</b>	<b>COOPERAÇÃO E DESCONFIANÇA.....</b>	<b>30</b>
4.1	A questão dos limites entre as partes.....	30
4.2	Orientando políticas para o Continente Antártico.....	31
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>43</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>46</b>
	<b>ILUSTRAÇÕES.....</b>	<b>48</b>



## 1. INTRODUÇÃO

A política externa de cada ator gira em torno de seus interesses e das relações que pretendem manter com os seus pares. Em muitos casos, essas relações dependem, principalmente, dos governos, sejam eles democráticos ou não, das ideologias políticas predominantes, economias regionais e internacionais, das crises que estão surgindo por causa de circunstâncias que podem ser antecipadas ou não, e por uma extensa lista de eventos que ocorreram em cada um dos participantes desse relacionamento forçado, em que cada um defende seus benefícios individuais.

No nosso caso, os objetos de estudo com foco nas relações internacionais com vínculo na Antártica são a República Argentina e a República do Chile.

Ao longo dos anos, as relações entre esses dois atores passaram por etapas de amizade e tensão, paz e conflito. Em particular, por causa da delimitação de uma fronteira tão extensa que abrange um total de 5.150 km de Norte a Sul e que gerou, ao longo da história, e ainda gera, situações de conflito de interesses devido à demarcação definitiva dos territórios correspondentes a cada um deles.

Essas situações, somadas às posições adotadas para a consolidação de políticas externas que foram preponderantes ao longo dos anos, forjaram acordos entre as partes, também situações de conflito que exigiram a intervenção de terceiros para sua solução pacífica. Essas intervenções referenciadas são o produto da assinatura do Tratado de 1881<sup>1</sup>, em que ambos Estados se comprometeram a resolver suas diferenças por meio de uma potência amiga.

---

<sup>1</sup> Tratado de Limites entre la República Argentina y la República de Chile, 1881. Biblioteca digital de tratados. Disponível em: <<http://tratados.mrecic.gov.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c>>. Acesso 25 jun. 2018.

Dadas essas particularidades entre dois Estados tão próximos e com interesses frequentemente sobrepostos, apresentaremos, neste trabalho, as diferentes manifestações da política externa em torno do território antártico que ambos estados afirmam como parte de seu território.

O território antártico, além das reivindicações territoriais existentes por parte de diversos atores mundiais, é objeto de interesses de diferentes âmbitos, científico, econômico, ecológico e estratégico, entre outros, em função do desenvolvimento de cada um desses interessados.

A apresentação a seguir cobrirá um cronograma que começa nas manifestações feitas pelos atores do estudo referentes ao território da Antártica e suas intenções com relação a ele no início do século XIX, terminando com a assinatura da declaração sobre a Cooperação Antártica entre a República do Chile e o Reino Unido em 17 de janeiro de 2017, propondo analisar as mudanças em relação às políticas externas adotadas e os efeitos produzidos em cada estado. Esses comportamentos, geradores de cooperação ou desconfiança, permitirão revelar se a Argentina deve manter ou não sua linha de política externa em relação ao Chile, conservando o objetivo traçado no Tratado de 1947 de uma Antártica Sul-americana.

A apresentação da pesquisa será feita em cinco capítulos, incluindo esta introdução. No segundo capítulo, serão apresentadas breves considerações sobre o sexto continente, cobrindo sua descoberta, suas principais características físicas e, finalmente, apresentando os Estados que têm reivindicações sobre o setor e aqueles que exibiram interesses no continente ao longo de sua história, como a Rússia e os Estados Unidos da América (EUA).

No terceiro capítulo, será abordada a participação da Argentina na Antártica, mostrando suas ações, sejam elas intervenções no continente sejam aquelas políticas que foram geradas para garantir sua reivindicação soberana sobre o setor reclamado.

Tendo superado esses eventos históricos de relevância que foram acompanhados por diferentes manifestações de política externa, e foram materializados por diferentes meios, há um quarto capítulo, que tratará das relações bilaterais entre as repúblicas, suas ações e reações, geradas por sua rivalidade histórica em um ambiente de cooperação e desconfiança, provocada por meio das diferentes decisões tomadas.

Por fim, no último capítulo, será concluída a pesquisa fazendo-se uma análise sobre os capítulos desenvolvidos, e expostos os principais resultados obtidos.

Assim, o próximo capítulo começará o estudo com uma breve descrição do Continente Antártico.

## 2. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O SEXTO CONTINENTE

Neste capítulo, vamos apresentar o Continente Antártico, considerando que, para uma melhor compreensão das pretensões da República Argentina e da República do Chile, é necessário entrar em uma breve revisão temporal de sua possível data de descoberta, assim como, também de sua localização geográfica, que permitirá ao leitor adotar a devida consciência situacional em relação ao continente; continuando com uma descrição superficial das *commodities* existentes, e, por último, chegaremos à identificação dos principais atores intervenientes envolvidos na sua disputa e, em particular, para aqueles que têm reclamações em parcelas do território.

### 2.1. A chegada ao conhecimento do Continente Antártico

Tendo em conta vários escritos, como Capdevila e Comerci<sup>2</sup> (1986, citado por FACCHIN, 2013), estima-se que, aproximadamente, 600 anos a.C., os gregos estavam em posição de afirmar que, em um território muito remoto, havia um continente ainda não explorado. Definida como o sexto continente, a "Terra Australis Incógnita" foi chamada de Antártica em oposição ao seu polo oposto, o Ártico. Essas terras estão localizadas no hemisfério Sul, ao Sul do Continente Americano e separadas dele por apenas 1.000 km.

Entre os primeiros homens a navegar pelos mares do Sul, encontravam-se Drake, Mahú, Cordes, Gherritzs, Lozier, Kerguellen e Cook, marinheiros que, contrariando grandes dificuldades, navegavam perto do Continente Antártico. Mas não foi, até 28 de janeiro de 1820, a data em que Bellingshausen, segundo o consenso de certos historiadores, teria sido o primeiro a localizar o sexto continente. Weddel, mais tarde, continuaria a aventurar-se no mar

---

<sup>2</sup> CAPDEVILA, Ricardo y COMERCI, Santiago M. Historia antártica argentina, Dirección Nacional del Antártico, 1986.

que leva seu nome, e continuariam muitos outros grandes navegadores que foram os precursores do conhecimento que temos hoje sobre o novo continente (PINOCHET DE LA BARRA, 1955).

No início do século XIX, numerosas expedições tomaram como destino as terras do Sul, estimuladas pelas notícias sobre as campanhas bem-sucedidas de caça às focas nessas latitudes. Essas expedições estariam agregando dados sobre a região e despertando interesses em muitos Estados, alguns muito distantes, que orientavam seus recursos para o Novo Mundo em busca de riqueza.

## 2.2. Síntese das características do Continente Antártico

O Continente Antártico é conhecido como o "continente dos extremos", segundo Beltramino<sup>3</sup> (1993, citado por COLACRAI, 1998), suas principais características mostram que registrou temperaturas de -90 °C, sendo o mais seco, com uma precipitação média de 150 mm por ano, o mais ventoso e de maior altitude, com uma média de 2.000 metros acima do nível do mar. Apesar de permanecer congelado quase na sua totalidade ao longo do ano, tem uma quota de terra de, aproximadamente, 12,5 milhões de km<sup>2</sup>. Esta área é equivalente a 4,5 vezes a da Argentina e 16,5 vezes a do Chile. O sexto continente é separado da América do Sul pela passagem de Drake, de quase 1.000 km, enquanto a distância para a África e Austrália é de 3.800 km e 2.500 km, respectivamente (FIG. 1). As montanhas transantárticas, um alinhamento elevado de cerca de 4.000 km de comprimento, dividem o continente gelado em duas partes desiguais: a Antártica Ocidental e a Antártica Oriental. Este último é constituído, principalmente, por rochas muito antigas, em sua maioria, de mais de 550

---

<sup>3</sup> BELTRAMINO, Juan Carlos M., *The structure and dynamics of Antarctic Population*, Vantage Press, New York, 1993.

milhões de anos, e cobertas por uma camada de gelo que, em algumas zonas, consegue superar os 4.500 m de espessura. No setor ocidental, não é o mesmo, está localizado no Sul da América do Sul e inclui a Península Antártica, onde as rochas são mais recentes e a cobertura de gelo é mais fina. Nesta porção do continente, nas últimas décadas, houve um aumento da temperatura e uma perda de gelo mais intensa que na Antártica Oriental. Neste continente, mais de três quartos da água doce existente na Terra é armazenada, na forma de gelo, uma vez que a espessura média da camada de gelo excede os 2.000 metros<sup>4</sup>.

O sexto continente é cercado pelos oceanos Atlântico, Índico e Pacífico, determinando o chamado Oceano Antártico ou Austral. Suas águas oceânicas contêm uma das maiores riquezas do mundo, tendo sido estas o principal motor das viagens do século passado, iniciando a caça de leões-marinhos, focas e baleias. No ecossistema das águas antárticas e subantárticas, encontra-se o krill<sup>5</sup>, que desempenha um papel fundamental na conversão da biomassa das plantas em biomassa animal. Ele está localizado na base da cadeia alimentar e, portanto, sua existência e manutenção em níveis adequados é de extrema importância. Conta com algas de grande desenvolvimento em águas subantárticas, e de significativa aplicação em ração animal. Há uma grande variedade de pinguins, petréis, skuas e biguás, além de baleias, focas, peixes e lulas. Em relação à riqueza do território, dados geológicos locais indicam a existência de minerais, carvão e hidrocarbonetos, sendo este último o recurso mais atraente não renovável (COLACRAI, 1998).

---

<sup>4</sup> Dados gerais sobre a Antártica disponível em: <<http://antartida.gov.ar/la-antartida>>. Acesso: 28 jun. 2018.

<sup>5</sup> Krill é uma palavra norueguesa que significa “comida de baleia”, atribuída a um crustáceo parecido com o camarão, rico em proteínas. É considerado fundamental para o ecossistema antártico, pois serve como alimento para diversos animais como focas, leões marinhos, baleias e pinguins.

### 2.3. Estados que reivindicam soberania e principais Estados com interesses no Continente Antártico.

Com a assinatura do Tratado da Antártica em dezembro de 1959, a proclamação da soberania na Antártica de sete dos doze signatários deste documento era restrita. Argentina, Austrália, Chile, França, Noruega, Nova Zelândia e Reino Unido foram os que até aquele momento haviam feito reivindicações formais sobre os setores da Antártica (FIG. 2), enquanto os Estados Unidos da América (EUA) e a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) haviam apresentado suas posições a respeito das reivindicações de soberania no sexto continente. Em seguida, serão apresentadas as posições de cada um dos Estados indicados no parágrafo anterior.

#### 2.3.1 Argentina

O setor reivindicado pela Argentina está compreendido entre os meridianos 25° e 74° de longitude W de Greenwich, ao Sul do paralelo 60° de latitude S e até o Polo Sul geográfico. Esta área inclui barreiras de gelo, ilhas, mar territorial, plataforma continental e zona econômica exclusiva, e os altos mares são excluídos. Aproximadamente, a superfície terrestre deste território é de 965.597 km<sup>2</sup>, as barreiras e plataformas de gelo de 496.000 km<sup>2</sup>, o que totaliza uma extensão total aproximada de 1.461.597 km<sup>2</sup>. Note-se que 75.596 km<sup>2</sup> dessa superfície são ilhas. Com relação a essa pretensão, a primeira delimitação cartográfica publicada foi editada pelo Instituto Geográfico Militar em 1940 e no Atlas Oficial da República Argentina de 1947, sendo legalmente criada em 28 de fevereiro de 1957, pelo Decreto-Lei nº 2.191 (FACCHIN, 2013).

### 2.3.2 Chile

Este Estado definitivamente fixou os limites de sua reivindicação entre os meridianos 53° e 90° de longitude W de Greenwich, incluindo todas as ilhas, ilhotas, recifes, geleiras e outras, conhecidos ou a serem conhecidos, e o respectivo mar territorial. Legalmente, suas reivindicações foram estabelecidas pelo Decreto Supremo nº 1.747 de 6 de novembro de 1940, sem determinar qualquer paralelo como o limite Norte. A superfície reclamada pelo Chile cobre, aproximadamente, 1.250.000 km<sup>2</sup> (ORREGO VICUÑA, INFANTE CAFFI, ARMANET ARMANET, 1984).

### 2.3.3 Reino Unido

Este Estado determinou que o seu setor reivindicado é compreendido entre os meridianos 20° e 80° de longitude W de Greenwich, ao Sul do paralelo 60° de latitude S e até o Polo Sul geográfico, com uma área aproximada de 1.700.000 km<sup>2</sup>. Essa determinação foi feita por meio dos Instrumentos do Estuário de 1962, em que foram fixadas as demarcações, abrangendo-as dentro do território que foi criado – independentemente da colônia das Ilhas Malvinas – ao limite Norte do Tratado da Antártica e aos meridianos extremos mencionados (FACCHIN, 2013).

### 2.3.4 Austrália

Este Estado reivindica um território que é interrompido com o pretendido pela França, desde o meridiano de 45° a 136° de longitude E, e de 142° a 160° de longitude E, ao Sul do paralelo 60° de latitude S e até o Polo Sul geográfico; tendo sido o Reino Unido que



colocou sob sua autoridade esta superfície acima mencionada. O território procurado pela Austrália cobre uma área de, aproximadamente, 6.500.000 km<sup>2</sup> (MERICQ, 1987).

### 2.3.5 França

O território pretendido estende-se entre os meridianos 136° e 142° de longitude E, ao Sul do paralelo 60° de latitude S e até o Polo Sul geográfico, com uma superfície aproximada de 520.000 km<sup>2</sup>. Esta reivindicação foi feita por meio de decretos presidenciais dos anos de 1924, 1925, 1927 e 1938. Todos eles foram ratificados pela Lei do Parlamento em 6 de agosto de 1950 (FACCHIN, 2013).

### 2.3.6 Noruega

Este Estado reivindica o território costeiro do continente junto com o mar que se estende ao seu redor, incluído entre os meridianos 45° E 20° W, com limites indefinidos até, aproximadamente, o Círculo Polar Antártico ao Norte e ao redor do paralelo 85° S, a Sul, e as Ilhas Bouvet e Pedro I, com uma superfície total aproximada de 2.500.000 km<sup>2</sup>. A pretensão norueguesa foi concretizada pela Ordem no Concílio Real de 14 de janeiro de 1939 pelo que chama de "Terra da Rainha Maud" e pela anexação da Ilha Pedro I pela Resolução Real de 6 de março de 1931<sup>6</sup> (FACCHIN, 2013).

---

<sup>6</sup> Em 1928, havia anexado a Ilha Bouvet. Posteriormente, uma Lei de 21 de junho de 1957 esclarece que Bouvet, Pedro I e "Terra da Rainha Maud" estão sujeitos à soberania norueguesa, como um dependente.

### 2.3.7 Nova Zelândia

Este Estado reivindica o território compreendido entre os meridianos 160° E e 150° W, ao Sul do paralelo 60° de latitude S e até o Polo Sul geográfico. Esta reivindicação foi expressa por ordem do *British Council* de 30 de julho de 1923, que concedeu à Nova Zelândia o território conhecido como "Unidade Ross", com uma área aproximada de 770.000 km<sup>2</sup> (FACCHIN, 2013).

### 2.3.8 Estados Unidos da América

A política dos Estados Unidos em relação à Antártica tem sua origem nas declarações do Secretário de Estado, Charles Evans HUGHES, de 1924:

O departamento acredita que a descoberta de terras desconhecidas para a civilização, mesmo que esteja ligada a uma aquisição formal, não pode suportar uma pretensão válida de soberania, a menos que seja seguida por uma colonização da região descoberta (PINOCHET DE LA BARRA, 1955, p. 196, tradução nossa).

No documento "A Política dos Estados Unidos para Antártica"<sup>7</sup>, expõe-se que a política da seu Estado para a Antártica tem se desenvolvido de forma constante e consistente ao longo dos anos e baseia-se sobre o não reconhecimento das soberanias dos sete Estados reivindicantes e de que os EUA permanecem sujeitos a uma reclamação posterior de território na Antártica. No mesmo documento, este Estado esclarece que a posição foi apoiada pelas mais altas autoridades, nos anos de 1934, 1939 (neste caso, pelo próprio Presidente Roosevelt), e em 1947. Mais tarde, em 1958, o presidente Dwight D. Eisenhower convidou outros onze Estados com interesses antárticos para atender a uma reunião que culminou em

---

<sup>7</sup> Disponível em: <<https://www.nsf.gov/geo/opp/antarct/uspolicy.jsp>>. Acesso: 14 jul. 2018.

dezembro de 1959 com a assinatura do Tratado da Antártica, em Washington D.C. Em 1970, o presidente Richard Nixon reafirmou os termos do Tratado da Antártica e, finalmente, em 1982, o presidente Ronald Reagan afirmou que a Antártica era uma prioridade, aderindo à política baseada desde 1924 naquele Estado. Daquele momento até hoje, não há registros de pronunciamentos específicos sobre o tema "soberania antártica" por parte do governo dos EUA (FACCHIN, 2013).

### 2.3.9 Rússia

A Rússia não modificou até hoje sua posição em relação à questão de soberania desde a discussão do Tratado da Antártica, em 1959. Nesse sentido, naquela ocasião, expressou que mantém a posição de reivindicar, no momento em que for conveniente, uma porção de território, em virtude de sua história antártica (a Rússia considera que foram eles os primeiros a avistar o território antártico em janeiro de 1820), e não reconhece nenhuma das reivindicações territoriais anteriores ao tratado (FACCHIN, 2013).

### 2.3.10 Setores não reivindicados

Ainda há setores não reivindicados no Continente Antártico, sendo os únicos do planeta nessa situação. O maior deles está entre os meridianos 90° e 150° de longitude W até o Polo Sul geográfico. Este setor limita com aqueles reivindicados por Chile e Nova Zelândia. O outro setor abrange desde o limite Sul, indefinido, da região pretendida pela Noruega, até o Polo Sul geográfico (FACCHIN, 2013).

Todas essas reivindicações supracitadas no território antártico marcam o crescente interesse em ter um setor que lhes permita se tornar credores do direito de explorar os

recursos vivos e não vivos existentes no continente. Além disso, o continente representa uma posição estratégica para o controle da rota marítima alternativa ao Canal de Panamá, entre o Oceano Atlântico e o Oceano Pacífico. Essas aspirações foram adiadas pela assinatura do Tratado Antártico, que conseguiu, por enquanto, proteger esta área particular do planeta e com tanta influência para o resto dos continentes.

No próximo capítulo, analisaremos quais foram as principais intervenções, em relação ao Continente Antártico, dos sucessivos governos da República Argentina desde sua independência da Coroa Espanhola.

### 3. ARGENTINA NA ANTÁRTICA

Os eventos aqui descritos são particularmente aqueles que ocorreram após a declaração de independência da República Argentina, em que, como Estado independente, adotou diferentes políticas externas em relação ao Continente Antártico. Não se pretende detalhar cada uma das intervenções ou ações relacionadas à Antártica, mas aquelas que fizeram a diferença e geraram políticas estatais, marcando uma direção baseada em suas intenções em relação ao resto do mundo e, em particular, à República do Chile.

Referindo-se às manifestações argentinas sobre a Antártica, observamos que, após o seu ato de independência no ano de 1816, em que se separou da dominação espanhola, a República incipiente estava em um momento de definição, tanto de seus limites territoriais como de seus interesses herdados da Coroa Espanhola<sup>8</sup>. Suas relações com as repúblicas adjacentes começaram a ter precedência e as políticas que definiriam posições futuras se tornaram necessárias.

Produto dessas necessidades, e ciente da extensão do território herdado, em 10 de junho de 1829, a República Argentina criou por decreto o “Comandância Política y Militar de las Ilhas Malvinas, y adjacentes al Cabo de Hornos”, que buscou reafirmar os domínios do Sul, dos quais ainda não possuíam dados de exatidão, mas que já contribuía com o conhecimento da existência do Continente Antártico desde 1818 (FACCHIN, 2013).

Após a criação do mencionado comando, numerosas expedições se aventuraram nos mares antárticos, muitas delas protegendo as informações das terras alcançadas para evitar a competição, e mantendo a exclusividade sobre as riquezas lá encontradas, atrasando, em parte, o conhecimento mais detalhado do novo continente.

---

<sup>8</sup> Tratado de límites entre la República Argentina y la República de Chile, 1878. Biblioteca digital de tratados. Disponível em: <<http://tratados.mrecic.gov.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c>>. Acesso 25 jun. 2018.

Foi assim, com o desenvolvimento econômico iminente de uma Argentina emergente, que o Gabinete Topográfico Militar foi criado em 5 de dezembro de 1879<sup>9</sup>, tendo entre suas iniciativas de pesquisa a análise de uma campanha antártica proposta pelo italiano Giacomo Bove<sup>10</sup>, oficial da marinha italiana que tinha coletado bastante experiência durante a exploração ártica para acompanhar a expedição sueca de Doutor Otto Nordenskjöld. Este projeto não pôde ser executado porque os estudos hidrográficos das águas do Sul foram priorizados na época. Sem dúvida, a análise desta atividade iniciou um caminho para o continente gelado, que obteve sua primeira resposta confiável em 22 de fevereiro de 1904, data em que a Argentina tomou posse definitiva de uma localização geográfica, estabelecendo a primeira estação científica chamada Base Orcadas na Ilha de Laurie, arquipélago das Ilhas Orcadas do Sul. A República Argentina, portanto, tem a mais antiga presença contínua na Antártica que remonta mais de um século<sup>11</sup>.

Em 1939, a Argentina criou uma comissão integrada por representantes dos Ministérios de Relações Exteriores e Culto, Ministério da Marinha e Ministério da Agricultura, para participar de eventos relacionados ao Ártico. Esta iniciativa foi impulsionada pelo interesse demonstrado pelos Estados europeus no Ártico, e na Exposição e Congresso Polar Internacional de Exploradores do Ártico, realizada na Noruega durante aquele ano. Este mesmo pode ser considerado como a origem da Comissão Nacional da Antártica, que foi criada no ano seguinte, em 30 de abril de 1940, pelo Decreto nº 61.852

---

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://www.ign.gob.ar/AreaInstitucional/AlgoDeHistoria>>. Acesso: 9 jul. 2018.

<sup>10</sup> BOVE, Giacomo. - explorador italiano, nascido em Maranzana (Alessandria) em 1852. Entrou na Marinha Real e distinguiu-se em 1873-1874. Em 1878 participou, como representante da Itália, na expedição ao Ártico de Otto Nordenskjöld. Sob os auspícios do governo argentino, ele foi para o Sul da Patagônia e da Terra do Fogo. Em 1881, ele comandou a corveta “Cabo de Hornos” que realizou a exploração na Ilha dos Estados e Sul da Patagônia, da Cabo Virgenes para o Porto de Santa Cruz. Mais tarde, retornou à Terra do Fogo com atribuições do governo argentino, reunindo numerosas coleções de interesse científico. Ele renunciou definitivamente a suas alegadas expedições à Antártida devido à escassez de apoio do governo argentino. Ele voltou para a Itália e continuou com expedições para a África. Deixou a Marinha para participar de atividades de navegação no campo civil; terminou sua vida em 9 de agosto de 1887 por ter sido afetado por uma doença grave trazida do Continente Africano. Disponível em: <<http://www.treccani.it/enciclopedia/giacomo-bove/>>. Acesso: 16 jul. 2018.

<sup>11</sup> Programa Antártico Argentino - Plan Anual Antártico 2017-2018. Disponível em: <<http://www.dna.gob.ar/userfiles/adjuntos/paa1718.pdf>>. Acesso: 5 mai. 2018.

M/40 do Poder Executivo Nacional. Essa comissão centralizou todos os assuntos relativos aos interesses argentinos no Continente Antártico (GENEST, 2004) <sup>12</sup>.

No início de 1941, o governo argentino planejou uma expedição à Antártica, que havia sido uma das principais recomendações da Comissão Nacional da Antártica em seu último relatório sobre soberania. Em outubro do mesmo ano, o Instituto Geográfico Militar publicou um mapa da Antártica Argentina na escala 1: 2.500.000, o que dava ênfase à superfície em relação ao continente. Essas ações fortaleceram ainda mais seu título legal na região, mesmo quando criaram um posto dos Correios na estação meteorológica da Ilha Laurie, nas Orcadas do Sul (HAUKINS, 2008).

No início de 1942, o navio argentino “1° de Mayo” desembarcou na Ilha Decepción, içando a bandeira nacional, deixando testemunhos da presença argentina e de seus direitos soberanos sobre o Setor Antártico, depois, realizou a mesma cerimônia de soberania na Ilha Melchior e na Ilhota Tripode (GENEST, 2004).

Durante esta viagem, o Tenente Eduardo Lanusse, em um hidroavião Stearman tipo 76-D-1, tirou as primeiras fotografias da região, tornando-se, então, no primeiro levantamento fotográfico aéreo no Continente Antártico (HAUKINS, 2008).

A referida campanha não só teve interesses políticos, dado que, durante o seu desenvolvimento, foram realizadas tarefas oceanográficas e hidrográficas, destacando-se, em particular, a instalação do primeiro farol argentino no Território Antártico, posicionado ao Norte do arquipélago de Melchior, chamando-o de Faro “1° de Mayo” (FACCHIN, 2013).

Em 4 de fevereiro de 1943, o navio “1° de Mayo”, sob o comando do Capitão Silvano Harriague, deixou Buenos Aires para sua segunda viagem à Antártica, a expedição

---

<sup>12</sup> Política Antártica Argentina – Dr. Eugenio Genest. Disponível em: <[https://scholar.google.com.br/scholar?hl=es&as\\_sdt=0%2C5&q=politica+antartica+argentina+&btnG=>](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=es&as_sdt=0%2C5&q=politica+antartica+argentina+&btnG=>)>. Acesso: 26 mai. 2018.

visitou o arquipélago de Melchior novamente e, em seguida, partiu para Porto Lockroy, a Baía de Margarita e Ilha Decepción, realizando atos de soberania neles<sup>13</sup> (HAUKING, 2008).

Para a consolidação do revezamento anual do pessoal da Marinha, e de algumas instituições científicas argentinas que mantiveram a ocupação permanente do continente na Base de Orcadas, utilizaram-se, entre outros, a Corveta “Uruguay”, desde o ano de 1904 até o ano de 1922. Mais tarde, foi feita por meio de navios mercantes especialmente fretados até os anos quarenta, quando a Marinha Argentina iniciou as chamadas Campanhas Antárticas Anuais (GENEST, 2004).

Durante a campanha de verão de 1946-1947, a segunda base argentina foi criada no território antártico, sendo nomeada Destacamento Naval Melchior, e, durante a campanha de 1947-1948, foi construído o Destacamento Naval Decepción. Com essas três bases, a Argentina continuou a consolidar sua soberania no Continente Antártico (GENEST, 2004).

Em 1954, a Marinha Argentina adquiriu sua primeira unidade específica para navegar no setor antártico, o quebra-gelo A.R.A. "General San Martín". Esse navio realizou as campanhas de verão e inverno durante 25 anos, permitindo o assentamento de abrigos e bases antárticas, reabastecendo-os, e realizando tarefas de pesquisa hidrográfica, oceanográfica e meteorológica em toda a Antártica Argentina<sup>14</sup>.

Desde primeiro de julho de 1957 a 31 de dezembro 1958, é realizado o Ano Geofísico Internacional (AGI), em que a Argentina teve uma participação ativa e estava entre os doze Estados participantes que iria realizar estudos científicos na Antártica. Dentre eles, apenas sete possuíam reivindicações sobre territórios antárticos (Argentina, Austrália, Chile, França, Nova Zelândia, Noruega e Reino Unido), três possuíam disputas sobre a sobreposição territorial (Argentina, Chile e Reino Unido) e outros que, por diferentes razões, não quiseram

---

<sup>13</sup> Os atos de soberania consistiam no içamento do Pavilhão Argentino e depositavam no local um cilindro de bronze contendo o ato esculpido durante a cerimônia de posse formal do território.

<sup>14</sup> Informação disponível em: <<http://histarmar.com.ar/Armada%20Argentina/Buques1900a1970/BPolares/BPRompSMartin.htm>>. Aceso 26 jul. 2018.



se ausentar (África do Sul, Bélgica e Japão), além dos EUA e da ex-URSS, que expressaram seu interesse e fizeram suas reservas de direitos no Continente Antártico. Para este empreendimento, pelo Decreto nº 11.836, de 3 de junho de 1956, foi criada a Comissão Nacional do Ano Geofísico Internacional, que deveria coordenar todas as atividades científicas das instituições argentinas (GENEST, 2004).

Poucos meses antes de iniciar a AGI, e além dos interesses permanentes mostrados pela Argentina no Continente Antártico, em 28 de fevereiro de 1957, foi promulgado um instrumento legal oficial, o Decreto nº 2.191, pelo qual foram determinados os limites do setor, compreendido entre os meridianos 25° e 74° de longitude W de Greenwich, no Sul do paralelo 60° de latitude S e até o Polo Sul geográfico, ao estabelecer o Território Nacional da Terra do Fogo, Antártica e Ilhas do Atlântico Sul (GENEST, 2004).

A AGI foi um evento que contribuiu significativamente para o conhecimento da região antártica, produziu o assentamento de 44 bases de observação científica distribuídas em grande parte do território antártico, pertencentes aos Estados participantes e gerou as bases para a subsequente conferência antártica de 1959, uma vez que era necessário ter um *status* legal adequado para resolver a complexa situação criada na Antártica (FACCHIN, 2013).

Em primeiro de dezembro de 1959, o instrumento regulatório jurídico-político das atividades antárticas foi assinado pelos doze Estados que participaram da AGI. O cenário dessas negociações e de conciliação de cargos foi Washington D.C., tendo em vista que os EUA foram os que convidaram os Estados interessados na Antártica e que haviam realizado atividades de pesquisa até o momento. O Tratado da Antártica entrou em vigor em 23 de junho de 1961. Durante as negociações, grandes assimetrias puderam ser observadas em relação aos seus interesses, embora houvesse coincidência em determinadas preocupações centrais, como garantir a coexistência pacífica, constituindo um *status quo* territorial para a

região e assegurar a continuidade da pesquisa científica realizada com sucesso durante o AGI (COLACRAI, 1998).

O Tratado Antártico se baseou fundamentalmente em três ideias orientadoras. A primeira foi o compromisso com a pesquisa científica internacional, a segunda foi a manutenção de um equilíbrio pacífico e a não militarização da região e, como terceira, a questão da desnuclearização. É evidente que foi feita uma tentativa de garantir a liberdade de pesquisa científica por qualquer Estado interessado e, por outro lado, a condição invariável da necessidade de ter uma estação que realize pesquisas científicas no território para se tornar um membro do grupo consultivo<sup>15</sup> (COLACRAI, 1998).

Essas declarações exigiram maior ênfase no apoio ao desenvolvimento de políticas relacionadas ao Continente Antártico, por isso, no final de 1978, a Argentina substituiu o quebra-gelo A.R.A. "General San Martín" pelo quebra-gelo A.R.A. "Almirante Irizar", que continuou com o desenvolvimento da atividade antártica e o faz até hoje, o que significa uma unidade de vital importância para a continuidade da Argentina no continente.

Durante a década de 70, uma série de turbulências externas foram geradas em torno do Tratado Antártico, produto da escassez de recursos naturais do planeta. Essa situação gerou a busca de novos espaços de produção que ainda não haviam sido explorados, olhando para o continente gelado e suas riquezas. Em busca da proteção de um recurso explorável, como as focas antárticas, em 9 de junho de 1972, foi assinada, em Londres, a Convenção para Conservação de Focas Antárticas, que entrou em vigência em 6 de abril de 1978. Constituiu o primeiro instrumento do Sistema Antártico a ser aplicado a um recurso economicamente explorável, e concretizou o fim da caça comercial de focas (FACCHIN, 2013).

Na mesma década, iniciou-se a exploração comercial do Krill e de algumas espécies de peixes no Oceano Antártico; com o objetivo de conseguir um avanço na

---

<sup>15</sup> Membros consultivos são aqueles que têm o direito de votar nas Reuniões Consultivas do Tratado da Antártica (ATCM).

regulamentação referente à exploração de recursos e proteção do meio ambiente, convocou-se uma reunião especial em que foi adotada a Convenção sobre a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos, sendo a Argentina um dos signatários originais (GENEST, 2004).

Paralelamente ao começo da exploração dos recursos vivos iniciada nos anos de 1970, começaram os interesses pelas riquezas minerais existentes no continente, situação que levou a negociações que duraram seis anos, culminando com a adoção da Convenção para o Regulamento das Atividades sobre Recursos Minerais Antárticos, que foi assinada por 21 Estados em 2 de julho de 1988. Esta Convenção não entrou em vigor devido à falta de ratificações dos membros signatários (FACCHIN, 2013).

Essa falta de ratificações mencionada acima gerou a necessidade de os Estados do tratado buscarem uma solução para esse problema, apontando para um novo acordo internacional. Este acordo seria ainda mais restritivo, uma vez que começou a buscar consenso para proibir a exploração de mineração na Antártica, e um controle mais rigoroso de todas as atividades que foram realizadas no continente. Em 1991, foi assinado, em Madri, o Protocolo ao Tratado da Antártica sobre Proteção Ambiental, no qual o Continente Antártico é designado como reserva natural, dedicado à paz e à ciência, e qualquer atividade relacionada aos recursos minerais da Antártica é expressamente proibida, excluindo pesquisa científica, para os próximos cinquenta anos (GENEST, 2004).

O chamado Protocolo de Madri entrou em vigor em 1998 após ser ratificado por todos os Estados que são membros consultivos, e adiou, até 2048, a decisão sobre a exploração mineral no continente. Possui seis anexos, dos quais os anexos I, II, III e IV foram adotados em 1991 juntamente com o protocolo, e entraram em vigor na data acima citada. O Anexo V, sobre proteção e gestão da zona, foi adotado pelo XVI ATCM, em Bonn, em 1991, e entrou em vigor em 2002. O Anexo VI, relativo à responsabilidade decorrente de

emergências ambientais, foi adotado no XXVIII ATCM, em Estocolmo, em 2005, e ainda não entrou em vigor por falta de aprovação de algumas das partes<sup>16</sup>.

Durante o XXVI ATCM, realizada em Madri em junho de 2003, a cidade de Buenos Aires foi escolhida como a sede permanente da Secretaria do Tratado da Antártica, e a proposta foi ratificada pelos 300 delegados presentes na reunião. Essa distinção reafirma ainda mais o compromisso da República Argentina, mostrando ao mundo seu compromisso com o Continente Antártico e com a ciência, em particular, oferecendo aos interessados nas diferentes áreas de trabalho no continente, de uma porta de entrada desde a cidade de Ushuaia, já que, dadas as suas excelentes características, permite tornar-se a última parada logística antes da travessia de apenas 1.000 km até a Península Antártica (FACCHIN, 2013).

A República Argentina tem um total de 13 bases no setor Antártico Argentino (FIG. 3), das quais seis são permanentes e estão detalhadas abaixo, juntamente com o ano de fundação<sup>17</sup> (FACCHIN, 2013).

1904 – Base Orcadas

1951 – Base San Martín

1952 – Destacamento Naval Esperanza. Mais tarde, chamado Base Esperanza.

1953 – Destacamento Naval Teniente Jubany. Mais tarde, chamado Base Jubany e, desde 2012, Base Científica Carlini.

1969 – Base Marambio

1979 – Base Belgrano II

Também possui sete bases temporárias, a saber:

1947 – Destacamento Naval Melchior

---

<sup>16</sup> Informação disponível em: <<https://www.ats.aq/s/ep.htm>>. Acesso: 12 jul. 2018.

<sup>17</sup> Programa Antártico Argentino - Plan Anual Antártico 2017-2018. Disponível em: <<http://www.dna.gob.ar/userfiles/adjuntos/paa1718.pdf>>. Acesso: 5 mai. 2018.

1948 – Destacamento Naval Decepción

1951 – Destacamento Naval Brown

1977 – Base Primavera

1953 – Destacamento Naval Teniente Cámara

1961 – Base Matienzo

1967 – Base Aeronaval Petrel

Além das mencionadas anteriormente, outras três bases foram construídas pela Argentina, que não estão mais disponíveis:

1970 – Base Belgrano

1976 – Destacamento Naval Corbeta Uruguay (Destruído pelo Reino Unido em 1982 durante a guerra pelas Ilhas Malvinas).

1980 – Base Belgrano III

Assim como foi pioneira na permanência no Continente Antártico por meio da base Orcadas, a República Argentina continuou com sua política antártica em desenvolvimento, por meio da participação constante em pesquisas científicas e contribuições para a ciência neste território. Tal ação pode ser claramente identificada nos esforços feitos ao longo dos anos; além da ocupação territorial, é mais um sinal de pertença e soberania enraizada em uma nação que aposta no futuro.

Levando em consideração as atividades realizadas pela República Argentina no Continente Antártico, e com o conhecimento das sobreposições das reivindicações existentes com a República do Chile, no quarto capítulo, abordaremos as relações bilaterais de cooperação e desconfiança entre Argentina e Chile que ocorreram no período, depois da independência dos dois Estados da Coroa Espanhola, na tentativa de salvaguardar seus próprios interesses soberanos no continente gelado.

#### 4. COOPERAÇÃO E DESCONFIANÇA

Neste capítulo, apresentaremos as ações realizadas pela República Argentina e pela República do Chile em torno de sua política externa, buscando a melhor posição em relação a seus interesses no Continente Antártico. Cabe ressaltar que o foco do capítulo serão as ações que impactaram o ambiente político desses atores, pois são a gênese de comportamentos cooperativos ou geradores de tensão ou conflito. Começaremos, então, com as primeiras ações do cooperativismo, que tenderam à busca de um consenso na delimitação da herança recebida da Coroa Espanhola.

##### 4.1. A questão dos limites entre as partes

Conscientes tanto da República Argentina quanto da República do Chile da necessidade de demarcar seus territórios na hora de se tornar independentes da Coroa Espanhola, iniciaram processos de abordagem diplomática, na busca de expressar, por meio de acordos ou tratados, a definição dos territórios que correspondiam a cada estado, para os quais, inicialmente, eles concordaram com a assinatura de um tratado de paz, amizade, comércio e navegação no ano de 1855. No Artigo 39<sup>18</sup> do tratado mencionado, ambas as partes reconhecem como limites de seus respectivos territórios, os que eles possuíam como tal no momento da separação da dominação espanhola em 1810. Subsequente a isso, e novamente buscando uma solução pacífica para a demarcação dos limites pendentes entre as Repúblicas, os governos da Argentina e do Chile reunidos em Buenos Aires resolveram de

---

<sup>18</sup> Tratado de paz, amistad, comércio y navegación entre la República de Chile y la Confederación Argentina, 1856. Biblioteca digital de tratados. Disponível em: <<http://tratados.mrecic.gov.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c>>. Acesso 25 jun. 2018.

comum acordo a assinatura de um novo Tratado em 18 de janeiro de 1878<sup>19</sup>. Neste caso, os territórios que estavam em disputa eram o Estreito de Magalhães e outros na parte Sul do continente. Para essa mediação, o Rei da Bélgica foi designado como árbitro, com a particularidade de que, se ele não concordasse com tal designação, a nomeação de outro seria feita de comum acordo. É importante mencionar que este tratado não menciona os territórios antárticos. Dando continuidade ao trabalho conjunto iniciado em 1855 com a assinatura do Tratado de Paz e Amizade, e os sucessivos entendimentos entre as nações, em 1881<sup>20</sup>, foi assinado um novo tratado em que foram acordados os limites da Terra do Fogo, mais uma vez, sem mencionar o setor antártico.

#### 4.2. Orientando políticas para o Continente Antártico.

Esses três documentos mencionados acima nos permitem ver que, após a independência da Coroa Espanhola, embora houvesse uma disputa por territórios, a política de ambos Estados foi orientada para o diálogo diplomático, pelo menos no que se refere aos territórios continentais até aquele momento.

Durante esses anos, já havia conhecimento da existência do território antártico e, além dos interesses da Argentina e do Chile, foi acrescentada a presença no setor do Reino Unido. Este último tinha em seu crédito a expedição que John Cook havia feito no ano de 1773, quando, em sua travessia, ele teria alcançado a 71° latitude Sul, deixando um registro da existência do novo continente. A esta ação o Reino Unido acrescentaria mais tarde a ocupação das Ilhas Malvinas, iniciando sua presença e reivindicações na área (FACCHIN, 2013).

---

<sup>19</sup> Tratado de paz, amistad, comércio y navegación entre la República Argentina y la República de Chile, 1878. Biblioteca digital de tratados. Disponível em: <<http://tratados.mrecic.gov.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c>>. Acesso 25 jun. 2018.

<sup>20</sup> Tratado de Límites entre la República Argentina y la República de Chile 1881. Biblioteca Digital de Tratados. Disponível em: <<http://tratados.mrecic.gov.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c>>. Acesso 25 jun. 2018.

Essa nova empresa jogou sobre a mesa a necessidade de repensar suas estratégias, pois iniciou-se uma fase temporária na qual um ator externo que não pertencia ao Cone Sul do Continente Americano começou a disputar o que se acreditava ser sua herança da Coroa Espanhola.

Durante a primeira década do século XIX, Argentina e Chile mostraram interesse na Antártica, no lado argentino, planejando campanhas que projetavam a exploração do continente por meio da intervenção do Instituto Geográfico Militar, e concedendo licenças para realizar atividades comerciais no setor antártico, naqueles anos, o Chile limitou-se a conceder licenças comerciais. Tais ações tentaram mostrar, de alguma forma, a intenção estatal de controle do setor. Com maiores dificuldades em seus domínios continentais, ambos os estados promoveram as expedições privadas de caça e pesca como uma amostra de soberania, com as respectivas autorizações emitidas pelos governos de cada Estado. Essas atitudes de competição marcaram o final do século XIX, visualizando os dois atores cercados por um clima de tensão e lutando pela preponderância de suas decisões em relação ao setor.

Em um claro clima de competição, muito diferente do procedimento diplomático que prevaleceu nos tratados para a delimitação das fronteiras da massa continental, iniciou-se um novo século, no qual a Argentina assumiu a liderança. Em 1904, o governo argentino dá um dos passos mais importantes da história do Continente Antártico, seu presidente, General Julio A. Roca, aceitou a oferta feita pelo explorador escocês William Speirs Bruce, adquirindo a estação meteorológica que ele havia construído recentemente na Ilha de Laurie, nas Orcadas do Sul. A referida estação se tornaria a mais antiga presença humana constante por parte de um estado no Continente Antártico (HOWKINS, 2008).

Essa façanha geraria no governo do Chile um crescente sentimento de rivalidade com a Argentina em relação ao território pretendido, e ainda mais quando suas tentativas de enviar uma expedição ao continente foram frustradas, como resultado de uma catástrofe



natural ocorrida em Valparaíso em agosto de 1906 (ORREGO VICUÑA, INFANTE CAFFI, ARMANET ARMANET, 1984).

Após o período de competição bilateral pelo estabelecimento de sua soberania, a Argentina e o Chile começaram a assumir uma dimensão real dos interesses que as principais potências do mundo estavam depositando no solo antártico. Somente durante os primeiros dez anos do século XX, houve muitas expedições que se aventuraram neste vasto setor do planeta, seguindo as águas que o marinheiro inglês James Cook havia descoberto em 1773, a bordo do *HMS "Resolution"*. Entre as potências que participaram, podemos citar o Reino Unido, França, Bélgica, Noruega e Suécia (MANZANO ITURRA, 2018).

Entre 1906 e 1908, houve uma nova aproximação diplomática entre a Argentina e o Chile, produto da crescente preocupação com as intervenções no setor antártico das grandes potências da época e, em particular, de seu principal contendor, o Reino Unido. A mesa de negociação visava à demarcação de fronteiras na Península Antártica e ilhas adjacentes, sob o conceito geral de uma "Antártica Sul-americana" em que Argentina e Chile realizariam a divisão da península, traçando uma linha principal Norte-Sul; as terras situadas a Leste pertenceriam à República Argentina e as localizadas a Oeste ao Chile. Essas negociações foram materializadas por uma série de correspondências e documentos entre as Repúblicas, atingindo propostas apresentadas para a demarcação e contrapropostas, que foram limitadas à determinação do paralelo para dividir as posses das ilhas, ilhotas e demarcação final sobre a península antártica (MANZANO ITURRA, 2018).

Essa nova agenda bilateral que deu origem a numerosas reuniões diplomáticas entre a Argentina e o Chile, longe de passar despercebida aos olhos do Reino Unido, gerou preocupações em seu governo. Outra situação que gerou preocupações eram as instalações de empresas de pesca no território antártico, inicialmente lançado pelo governo argentino em 1904, permitiu o assentamento na Geórgia do Sul da primeira empresa comercial a operar na

região da Antártica, e, mais tarde, uma empresa de origem chilena que iria operar a partir da Ilha Decepción por um curto período. A resposta às pretensões de uma “Antártica Sul-americana” não demorou a chegar, o Reino Unido como um dos principais atores na disputa sobre o setor antártico, e sustentado na ocupação das Ilhas Malvinas do ano de 1833, fez suas reivindicações eficazes por meio da apresentação de duas Cartas Patente. Essas cartas foram baseadas na descoberta dos territórios que ele chamou "Dependências das Ilhas Malvinas", a primeira em julho de 1908, que reivindicou como seus domínios a Geórgia do Sul, Shetland do Sul, Sandwich e da península Antártica, que ele chamou de Terra de Graham, ao Sul do paralelo 50° S entre os meridianos 20° e 80° de longitude E, documento que incluía grande parte da Patagônia Argentina; a segunda carta publicada em 1917 corrigiria a reivindicação sobre a Patagônia, conservando o que hoje é conhecido como o *British Antarctic Territory* (ORREGO VICUÑA, INFANTE CAFFI, ARMANET ARMANET, 1984).

Essa reaproximação entre os Estados ocorreu particularmente quando o governo do Chile observou que a Argentina começara a aumentar seus interesses na região antártica com fatos. Durante a segunda presidência de Julio A. Roca, um homem que compreendia a importância da exploração de terras de legitimidade além das continentais para o desenvolvimento e crescimento, foi instalado um observatório meteorológico, magnético e geofísico na Ilha de Ano Novo, na Baía de Lasserre, ao Norte da Ilha dos Estados, que começou a operar em 1902, enquanto foi o primeiro observatório do gênero na América do Sul com caráter permanente (AUZA, FERRARI, 2016).

Essas atividades argentinas e a impossibilidade dos especialistas do lado chileno, de interessar o Estado em fazer os investimentos necessários para uma exploração antártica, geraram uma abordagem mais próxima do Chile em busca de um reconhecimento de soberania de seu par transandino, que, por meio de acordos diplomáticos, lhe permitiriam estar presente nas negociações de, pelo menos, uma parte do território. Tendo fracassado

nessas negociações por várias razões, cada um continuou sua atividade antártica individualmente durante os próximos anos. A Argentina continuaria com as viagens da Corveta “Uruguay” a Base Orcadas, marcando sua permanência no continente, e completando até o ano de 1944 um total de 39 viagens; e o Chile manteria sua política de autorizações comerciais para a pesca na área.

Em 1942, a Argentina fez uma nova expedição ao Continente Antártico, esta notícia despertou desconforto nas autoridades chilenas, levando-os a renovar as tentativas de reparar um navio, o “Vidal Gomez”, em busca de uma resposta para os avanços contínuos de seu par transandino. Novamente, o fracasso os impediu de alcançar seus objetivos, principalmente porque o Ministério da Marinha decidiu que o navio não era adequado para navegar nas águas da Antártica e, como não possuía outro, seu desejo continuava sem solução. Em meio às dificuldades logísticas, o governo chileno recebeu uma proposta da Argentina, sugerindo uma campanha conjunta entre os dois Estados para o verão de 1942-1943, o que não poderia ser aceito porque o Chile não tinha, na época, meios adequados para acompanhar, no navio “1º de Mayo”, a unidade argentina que faria a travessia pela segunda vez (HOWKINS, 2008).

Buscando tirar vantagem da situação, as autoridades chilenas fizeram uma contraproposta, sugeriu-se a realização de um intercâmbio de oficiais para a campanha de 1942-1943, na qual oficiais chilenos embarcariam no navio argentino e, em contrapartida, na campanha de 1943-1944, oficiais argentinos embarcariam em um navio chileno para realizar a viagem. Esta proposta foi aceita pelas autoridades da Argentina e o acordo foi estabelecido; portanto, três oficiais chilenos fizeram a navegação na embarcação “1º de Mayo” no ano de 1943. Infelizmente, a proposta chilena carecia de sustento e, portanto, eles não cumpriram o acordo para o ano de 1944 (HOWKINS, 2008).

Novamente, as relações alcançaram uma aproximação, embora temporária por causa dos resultados finais do acordo, na qual as autoridades argentinas depositaram confiança em um acordo bilateral que lhes permitiria empreender uma ação conjunta com o objetivo de afirmar seus direitos soberanos, retomando a ideia de uma “Antártica Sul-americana” em que ambas as repúblicas seriam as protagonistas.

Durante a Segunda Grande Guerra (1939-1945), as principais potências tiveram que reduzir suas atividades na Antártica, incluindo o Reino Unido ocupado com outras frentes, e, realmente, obtendo grande parte de seu fornecimento de alimentos da Argentina, optou por uma posição de não confronto, buscando a maneira de não afetar seu esforço de guerra. Segundo Howkins, durante os primeiros anos do conflito, algumas autoridades britânicas usaram as Ilhas Malvinas e as chamadas dependências como um elemento de negociação que permitiria manter a boa vontade da Argentina. Menciona, ainda, uma discussão sobre a cessão das Ilhas Malvinas, que não prosperaria devido às melhorias nos resultados da guerra e à vontade de manter sua presença na América do Sul.

Durante esses anos, e após os acontecimentos de 1943, os dois estados voltariam a desenvolver suas políticas em relação ao Continente Antártico agindo individualmente, produto da desconfiança gerada pela violação dos acordos estabelecidos.

Depois da Segunda Grande Guerra, o Continente Antártico tornou-se novamente um foco de conflito, no qual a Argentina, o Chile e o Reino Unido aumentaram suas atividades antárticas. Por sua parte, em 1947, os chilenos conseguiram fazer sua primeira expedição antártica, e fizeram sua primeira instalação na Ilha de Greenwich, a base Capitão Arturo Prat; enquanto o Reino Unido, com menos pressão, continuou sua atividade antártica instalando novas bases no território disputado. A Argentina, entretanto, sob a presidência do General Juan Domingo Perón, decidiu aumentar sua presença, realizando a campanha antártica de 1947 com mais apoio de unidades militares, aproveitando para executar a

instalação do Destacamento Naval Melchior e, mais tarde, o Destacamento Naval Decepción. Durante o verão antártico, manifestações de poder militar na área foram realizados, o que geraria uma maior instabilidade e protestos dos três Estados, porque o Chile também tinha um encontro no mar com os britânicos em Baía Margarita (FONTANA, 2015)<sup>21</sup>.

Após esses eventos durante a campanha de 1947, uma reunião foi realizada em março com a participação dos ministros das Relações Exteriores da Argentina e do Chile para discutir suas reivindicações antárticas, e eles concordaram que os dois estados eram os únicos com direitos na região. Com esse entendimento entre as partes, no final daquele ano, o "Tratado Interamericano de Assistência Recíproca" seria assinado no Rio de Janeiro. Neste, foi criada uma Zona de Segurança em todo o continente, de polo a polo, com 300 MN de largura, que incluía a Antártica Sul-americana. A base do acordo era que o ataque a um de seus membros seria considerado um ataque contra todos (ORREGO VICUÑA, INFANTE CAFFI, ARMANET ARMANET, 1984).

Mais uma vez, os dois Estados sul-americanos se uniram com um objetivo comum, que apontava para sua defesa contra o Reino Unido, principal oposição nesta reivindicação dos territórios que ambos consideravam como seus. No final de 1947, Robert Leeper, embaixador britânico em Buenos Aires, entregou aos governos da Argentina e do Chile notas individuais, convidando-os a elevar a disputa ao Tribunal Internacional de Justiça de Haia (FONTANA, 2015).

A resposta adotada pelo Presidente argentino, nesse momento, o General Juan D. Perón, foi imediata, durante o verão de 1947 a 1948, várias unidades militares argentinas visitaram a península Antártica realizando atos soberanos, abrigos e bases foram instaladas no território, que, no mês de dezembro, recebeu seis unidades navais na Ilha Decepción. Estas unidades trouxeram a bordo um hidroavião que fotografou as instalações próprias e inglesas.

---

<sup>21</sup> Journal de Asuntos Antárticos, Volumen II, 2015. Disponível em: <<http://agendaantartica.org/journal.html>>. Acesso 9 jun. 2018.

No dia seguinte, aeronaves da Marinha que vieram do solo argentino sobrevoaram as Ilhas Decepción e Melchior. No início de 1948, a fricção continuaria, um novo encontro entre unidades da Marinha Argentina e uma corveta britânica tornaria o clima da área mais crítico. Foi assim que o General Perón ordenaria que uma parcela da esquadra argentina se dirigisse à Antártica. Composta por dois cruzadores, seis contratorpedeiros e dois transportes com aeronaves embarcadas, o grupo-tarefa chegou à Ilha Decepción em 22 de fevereiro de 1948. Durante essa navegação, houve um encontro com uma unidade do Chile, na qual viajava seu presidente, Gabriel González Videla, quem, depois de inaugurar a Base General Bernardo O'Higgins, se tornaria o primeiro mandatário a pisar solo antártico (FONTANA, 2015).

Depois desses acontecimentos, o ministro chileno das Relações Exteriores, Germán Vergara Donoso, e o diretor da Comissão Antártica Argentina, Dr. Pascual de la Rosa, reuniram-se em Santiago, Chile. Nessa ocasião, fizeram uma declaração sobre os direitos da Argentina e do Chile na "Antártica Sul-americana", que estabeleceu a defesa conjunta dos direitos sobre ela (FONTANA, 2015).

No início de 1949, Argentina, Chile e Reino Unido assinaram um Acordo Naval Tripartito, no qual se comprometeram a não enviar navios de guerra ou fazer demonstrações navais ao Sul do paralelo 60° S, com exceção dos movimentos habituais realizados até momento. Tal declaração foi renovada todos os anos até a assinatura do Tratado da Antártica (ORREGO VICUÑA, INFANTE CAFFI, ARMANET ARMANET, 1984).

O início dos anos de 1950 trouxe de volta à região antártica um clima de tensão, a instalação de refúgios como sinal de posse foi a escolhida pelos estados para demonstrar sua prevalência na área, e é por isso que começou a fricção e trocas de protestos entre a Argentina e o Reino Unido. A escalada se intensificou a tal ponto que os britânicos, em 15 de fevereiro de 1953, destruíram as instalações argentinas na Ilha Decepción, capturando seu pessoal e queimaram o abrigo chileno que estava vazio. A partir desses eventos, houve uma escalada

que implicou demonstrações de poder militar na área, mantendo o clima de tensão. Essas atitudes do Reino Unido resultaram em uma nova abordagem entre a Argentina e o Chile, porque ambos os presidentes, Perón e Ibáñez del Campo, estavam reunidos no Chile. Como uma medida conjunta, eles fizeram uma reclamação exigindo explicações e desculpas sobre o caso. A situação não mudou até 1955, ano em que a situação voltou a se normalizar por vários motivos, entre eles, que os mandatários da Argentina, o General Perón, e do Reino Unido, Winston Churchill, foram substituídos. A diminuição da lucratividade da caça da baleia e o fechamento de um relatório que indicava que a exploração dos recursos minerais resultaria em grandes custos também teria influenciado (FONTANA, 2015).

Em grande medida, as situações de tensão e conflito que foram geradas no continente, com a possibilidade de que algumas delas terminariam em um encontro armado, levaram a um aumento na busca de uma solução. O AGI, marcou a base de um modelo político para o continente, e levou, posteriormente, à assinatura do Tratado da Antártica, por meio do qual se pretendia garantir o *status quo* na região, e evitar o desequilíbrio de poder e peso na tomada de decisões (COLACRAI, 1997).

Nos anos seguintes, as políticas antárticas da Argentina e do Chile foram desenvolvidas individualmente, mas mantendo boas relações bilaterais; consolidando suas posições no continente e realizando expedições científicas. Tal afirmação pode ser vista no discurso proferido pelo presidente argentino Arturo Illia durante a abertura das sessões ordinárias do Honorable Congresso Nacional em maio de 1964, segundo Rosendo Fraga<sup>22</sup> (2002, citado por CAMAÑO, 2016) foi pronunciado:

(...)fizemos uma afirmação categórica da soberania antártica e destacamos, por meio de uma delegação conspícua, a vontade do Poder Executivo de colaborar; patrocinar e recompensar o sacrifício que civis e homens das três armas fazem com sua permanência física naquela pátria, servindo não apenas ao direito da soberania nacional, mas também aplicando a ciência universal. Para nós, a era da competição

---

<sup>22</sup> ROSENDO FRAGA, M., La política exterior argentina a través de los mensajes al congreso 1854-2001, Centro de estudios de política exterior, Cari, Buenos Aires, 2002.

interamericana terminou. Nós não estamos procurando por hegemonias. Por esse motivo, queremos resolver o mais rapidamente possível o que ainda está em discussão. Agradecemos ao governo do Presidente Alessandri e ao Parlamento do Chile por sua disposição cordial em buscar soluções, que coincidem com a de sua honra e a do Poder Executivo. (*Tradução nossa*).

Durante os anos 1970, voltaria a haver uma mudança de importância na política antártica e na relação com os demais atores envolvidos no setor. A chegada ao poder dos governos militares<sup>23</sup> para os Estados sul-americanos impôs uma nova agenda, destinada a colocar mais ênfase no reforço de uma visão estratégica por meio da ocupação regional da Argentina e de uma forte resistência do lado chileno para qualquer abordagem em questões de limites. Foi então que as posições mostradas refletiram o senso de responsabilidade, que havia sido atribuído às Forças Armadas ao longo dos anos em relação a questões no setor antártico. Essas particularidades tiveram maior visibilidade à medida que a diplomacia perdeu influência, como foi o caso da questão do Canal de Beagle em 1978, que estava próxima de desencadear um conflito armado. Essa década testemunhou a distância entre as duas repúblicas, demonstrando um comportamento competitivo dos dois atores sul-americanos que buscavam atentamente afirmar seus direitos soberanos (COLACRAI, 1997).

Com o advento da democracia (1983) na República Argentina, a política antártica foi orientada para a esfera diplomática e o cumprimento do que foi estabelecido no Tratado da Antártica, dando ênfase à cooperação internacional. Os esforços foram orientados para a presença argentina na região e para priorizar as atividades científicas que permitissem valorizar a tarefa realizada pela república. Novas diretrizes foram, então, estabelecidas para oferecer colaboração aos Estados que aderiram à pesquisa antártica, aproveitando a proximidade com o novo continente, e olhando para a possibilidade de crescer no campo dos serviços de logística de apoio com epicentro na cidade de Ushuaia<sup>24</sup> (COLACRAI, 1997).

---

<sup>23</sup> Entre os anos de 1972 e 1982, os governos militares tiveram lugar na Argentina, enquanto na República do Chile o governo militar durou o período entre 1973 e 1990.

<sup>24</sup> Ushuaia, a cidade mais austral do mundo, localizada a 1.000 km da Península Antártica.



A nova orientação das políticas estaduais da Argentina e do Chile trouxe uma evolução positiva nas relações bilaterais dos Estados, concluindo em uma "Declaração Conjunta sobre o Antártico", assinada entre os presidentes Carlos Saul Menem (Argentina) e Patricio Aylwin Azócar (Chile), na reunião realizada em 29 de agosto de 1990. Juntamente com sua assinatura, ratificaram as Declarações Conjuntas feitas nos seguintes anos: 1941, 1947, 1948, 1971 e 1974; chegando a considerar a possibilidade de realizar um "Programa Argentino-Chileno de Cooperação Científica Antártica". Como resultado das boas relações existentes e da cooperação entre os Estados, foi assinado, em 1998, um acordo que formaria a "Patrulha Antártica Naval Combinada" (PANC), em que as unidades militares das duas nações participam das atividades durante o verão antártico (COLACRAI, 2013)<sup>25</sup>.

Nesse contexto de cooperação internacional e confiança mútua, em 2012, foi criado o "Sistema *ad hoc* do Sistema do Tratado da Antártica", que visa analisar e adotar posições conjuntas em tudo o que se refere ao sistema supracitado (COLACRAI, 2013).

No ano de 2017 e depois de ter trabalhado juntos e depositado confiança mútua no desenvolvimento de atitudes cooperativas, a República do Chile assinou com o Reino Unido uma "Declaração sobre Cooperação Antártica"<sup>26</sup> que será válida até 2022, concordando em buscar uma colaboração mais próxima, tanto no diálogo bilateral em assuntos antárticos, no que se refere ao Tratado da Antártica, em relação à cooperação científica, quanto como objetivo final, faz menção de promover uma maior compreensão da herança antártica de cada Estado.

Esta última declaração, feita pelos representantes do Chile e do Reino Unido, gerou repercussões negativas na opinião pública da Argentina, já que foi entendida como aceitação pelo Chile da soberania do Reino Unido sobre o território reivindicado, e deixando

---

<sup>25</sup> COLACRAI, M. La Política Antártica Argentina y su compromiso con el Tratado Antártico. Boletín del Centro Naval nº 836, 2013. Disponível em: <<http://www.centronaval.org.ar/boletin/BCN836/836-COLACRAI.pdf>>. Acesso 9 jun. 2018.

<sup>26</sup> Declaração sobre Cooperação Antártica, Chile-Reino Unido, 2017-2022. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/publications/united-kingdom-chile-statement-on-antarctic-cooperation-2017-to-2022.es-419>>.

em vista uma violação às Declarações Conjuntas de 1947 e 1948 que foram ratificadas em diversas ocasiões até ao presente, trazendo de volta esse sentimento de desconfiança latente em relação às decisões governamentais adotadas pelo Chile no que diz respeito às relações com o Reino Unido.

Observa-se, então, que, no decorrer dos anos, desde a independência da Coroa Espanhola, esses dois Estados passaram por uma estrada sinuosa, o que permitirá, no próximo capítulo, chegar a uma conclusão sobre a temática de estudo baseada nos fatos apresentados.

## 5. CONCLUSÃO

Neste trabalho, buscou-se analisar as diferentes políticas externas apresentadas por dois Estados sul-americanos, Argentina e Chile, em relação ao Continente Antártico. Os estudos de suas relações bilaterais foram feitos com ênfase em sua rivalidade e cooperação contra a intervenção de seu principal concorrente, o Reino Unido, a partir do ano de 1816 e até 2017.

Iniciou-se com uma breve descrição do Continente Antártico como objeto de estudo, seguida da apresentação de cada um dos Estados que possuem reivindicações no território, e daqueles que demonstraram interesse e realizaram atividades nele. Esse grupo de doze Estados que assinaram o Tratado da Antártica em 1959 buscou um regime regulador que permitisse a todos coexistir pacificamente na busca da conservação do território, em particular, na busca de um equilíbrio além do poder individual de cada um deles.

No capítulo três, foram analisadas ações específicas da República Argentina no Continente Antártico, destacando aquelas que geraram políticas do estado em relação ao setor antártico e resultaram em resposta ou reação a movimentos de outros atores que foram consideradas sobrepostas aos interesses individuais. É importante enfatizar a importância atribuída à avaliação das intervenções do Reino Unido, sendo que suas ações causaram proximidade em alguns momentos e desconfiança, em outros, entre Argentina e Chile, particularmente porque o Chile, historicamente, tem uma relação mais próxima com este terceiro ator.

Em seguida, analisou-se o comportamento de ambos os Estados por meio de suas políticas externas no relacionamento bilateral, suas atitudes de colaboração e desconfiança, à medida que se conheciam as ações que realizavam individualmente em relação ao Continente

Antártico. A partir dessa análise, é que surge a resposta para a questão deste trabalho, sobre se a Argentina deve manter sua linha de política externa em relação ao Chile.

As políticas externas adotadas pelo Chile durante o período estudado mantiveram um comportamento constante, que representou a salvaguarda de seus interesses individuais em relação às suas reivindicações territoriais no sexto continente. Essas medidas nem sempre acompanharam seus compromissos com a Argentina, gerando períodos aleatórios de proximidade e distanciamento entre os Estados.

A Argentina, por sua vez, com a adoção de medidas governamentais materializadas com fatos, como uma amostra de seus interesses pelo setor, adotou uma política territorialista, destinada a enfatizar a sua presença e suas reivindicações de soberania. Mais para o final do período estudado, a Argentina voltou-se para um comportamento que permitiu agregar a essa política territorialista a presença científica e as ações colaborativas com outros Estados. Essas orientações permitiram destacar a posição geográfica do território em relação ao apoio logístico que a Argentina pode fornecer para a projeção em direção ao território antártico.

Essas manifestações acontecidas, que mostraram maturidade ao longo do tempo, permitem perceber a necessidade de manter o compromisso, a que se refere a política externa, com uma atitude colaborativa e orientada à participação conjunta dos dois Estados. Para isso, o Chile teria que ser mais cauteloso ao fazer declarações bilaterais, em particular com o Reino Unido, que possam afetar o futuro reconhecimento entre Argentina e o Chile, da soberania no território da Antártica.

Para esse fim, deveriam incrementar as ações conjuntas que tendam a demonstrar ao mundo o respeito da consciência sul-americana na Antártica, consolidando a forte compreensão de um setor que corresponde como soberano à Argentina e ao Chile, de acordo com o que foi escrito nas Declarações Conjuntas de 1947 e 1948, na busca de uma maior

compreensão dos Estados em relação a uma futura delimitação; de modo a dar continuidade ao pensamento de uma Antártica Sul-americana.

Essa atitude e orientação da política externa dos dois Estados tornaria a posição sul-americana forte contra o avanço efetivo do Reino Unido no setor antártico, particularmente no caso hipotético de uma abolição do Tratado da Antártica, momento em que as discussões sobre reivindicações de soberania feitas no continente poderiam ser retomadas.

Por fim, sugere-se, como futura linha de pesquisa, o estudo dos interesses estratégicos perseguidos pelo Reino Unido no Cone Sul, em especial, seu interesse em permanecer nas Ilhas Malvinas à luz de suas reivindicações no território antártico.

## REFERÊNCIAS

AUZA, Francisco; FERRARI, Ariel Horacio. La evolución del escenario Antártida y los procesos de liderazgo en el sector. 2016. p 113. Disponível em: <<http://www.cefadigital.edu.ar/bitstream/123456789/396/3/ANTARTIDA.pdf>>. Acesso 20 mai. 2018.

BELTRAMINO, Juan Carlos M. The structure and dynamics of Antarctic Population. Vantage Press: New York, 1993.

CAMAÑO, Luciano. La soberanía argentina en la Antártida: 1950-1960; 1961-1970. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad del Salvador, 2016. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/Luciano\\_Camano/publication/304540361\\_Antartida\\_Argentina\\_Continuidades\\_y\\_cambios/links/5772cc7608ae07e45db24505/Antartida-Argentina-Continuidades-y-cambios.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Luciano_Camano/publication/304540361_Antartida_Argentina_Continuidades_y_cambios/links/5772cc7608ae07e45db24505/Antartida-Argentina-Continuidades-y-cambios.pdf)>. Acesso 17 jun. 2018.

CAPDEVILA, Ricardo, COMERCI, Santiago M. Historia antártica argentina. Dirección Nacional del Antártico, 1986.

COLACRAI de TREVISAN, Miryam. El Ártico y la Antártida. - 1ª. Ed. - Rosario: CERIDER, 1998. 187 p.

COLACRAI de TREVISAN, Miryam. Cambios y continuidades em la política antártica argentina, 1959-1983, 1997. Disponível em: <[http://bibliotecadigital.econ.uba.ar/download/ciclos/ciclos\\_v7\\_n12\\_09.pdf](http://bibliotecadigital.econ.uba.ar/download/ciclos/ciclos_v7_n12_09.pdf)>. Acesso 5 jul. 2018.

COLACRAI de TREVISAN, Miryam. La Política Antártica Argentina y su compromiso con el Tratado Antártico, Boletín del Centro Naval, nº 836, 2013. p 267-276. Disponível em: <<http://www.centronaval.org.ar/boletin/BCN836/836-COLACRAI.pdf>>. Acesso 20 mai. 2018.

Declaração sobre Cooperação Antártica, Chile-Reino Unido, 2017-2022. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/publications/united-kingdom-chile-statement-on-antarctic-cooperation-2017-to-2022.es-419>>. Acesso 10 abr. 2018.

FACCHIN, Eugenio Luis. Antártida, más allá de la soberanía. - 1ª. Ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 2013. 171 p.

FONTANA, Pablo. Tensión polar: Génesis y desenlace de los incidentes armados anglo-argentinos en la Antártida (1952-53). Journal de Asuntos Antárticos, Volumen II. 2015. p 61-76. Disponível em: <<http://agendaantartica.org/OCT2015JournalAntartico.pdf>>. Acesso 15 mai. 2018.

GENEST, Eugenio. Política Antártica Argentina. Disponível em: <[https://scholar.google.com.br/scholar?hl=es&as\\_sdt=0%2C5&q=politica+antartica+argentina+&btnG=>](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=es&as_sdt=0%2C5&q=politica+antartica+argentina+&btnG=>)>. Acesso: 26 mai. 2018.

HOWKINS, Adrian John. Frozen Empires: A History of the Antarctic Sovereignty Dispute Between Britain, Argentina, and Chile, 1939-1959. 2008. 381 P. Dissertação (Doutorado em Filosofia) - University of Texas, Austin, 2008.

MANZANO ITURRA, Karen. La competencia por los derechos antárticos: Chile y Argentina en la Zona Austral (1890–1910). Revista Política y Estrategia N° 131. 2018. p 41-55. Disponível em: <<https://doi.org/10.26797/rpye.v0i131.205>>. Acesso 9 jul. 2018.

MERICQ, Luis H. Antarctica: Chile's claim. - 1ª. Ed. - Washington, DC: US Printing Office, 1987. 125 p.

Programa Antártico Argentino - Plan Anual Antártico 2017-2018. Disponível em: <<http://www.dna.gob.ar/userfiles/adjuntos/paa1718.pdf>>. Acesso: 5 mai. 2018.

ORREGO VICUÑA, Francisco; INFANTE CAFFI, Maria Teresa; ARMANET ARMANET, Pilar. Política Antártica de Chile. - 1ª. Ed. - Santiago: Editorial Universitaria, 1984. 307 p.

PINOCHET DE LA BARRA, Oscar. La Antártica Chilena. – 3ª. Ed. – Santiago: Editorial del Pacífico S.A., 1955. 226 p.

ROSENDO FRAGA, M. La política exterior argentina a través de los mensajes al congreso 1854-2001. Centro de estudios de política exterior, Buenos Aires: Cari, 2002.

Tratado de Limites entre a República Argentina e a República do Chile, 1881. Biblioteca digital de tratados. Disponível em: <<http://tratados.mrecic.gov.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c>>. Acesso 25 jun. 2018.

Tratado de límites entre la República Argentina y la República de Chile, 1878. Biblioteca digital de tratados. Disponível em: <<http://tratados.mrecic.gov.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c>>. Acesso 25 jun. 2018.

Tratado de paz, amistad, comércio y navegación entre la República de Chile y la Confederación Argentina, 1856. Biblioteca digital de tratados. Disponível em: <<http://tratados.mrecic.gov.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c>>. Acesso 25 jun. 2018.

Tratado de paz, amistad, comércio y navegación entre la República Argentina y la República de Chile, 1878. Biblioteca digital de tratados. Disponível em: <<http://tratados.mrecic.gov.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c>>. Acesso 25 jun. 2018.

Tratado de Límites entre la República Argentina y la República de Chile 1881. Biblioteca Digital de Tratados. Disponível em: <<http://tratados.mrecic.gov.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c>>. Acesso 25 jun. 2018.

## ILUSTRAÇÕES

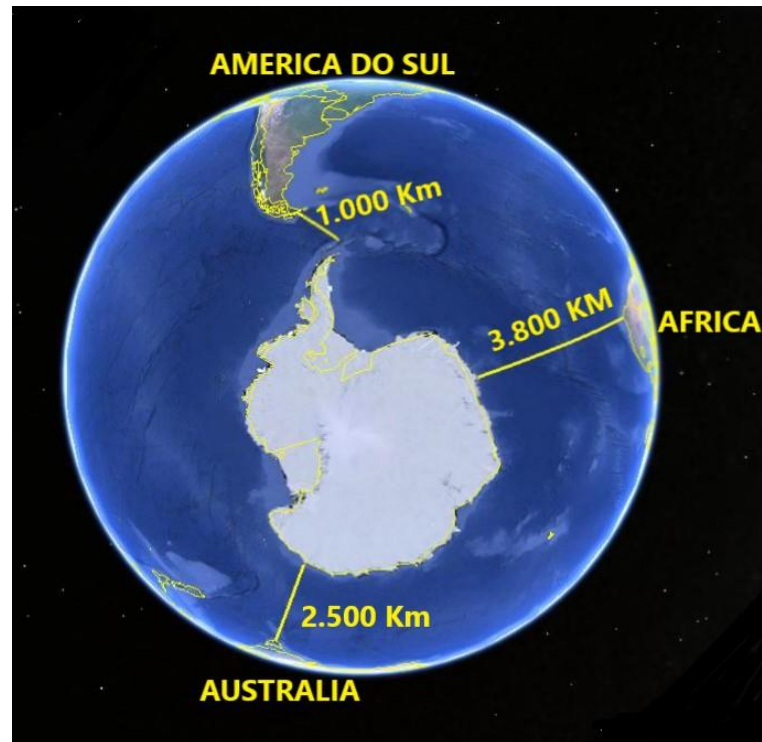


FIGURA 1 - Mapa com as distâncias que separam o Continente Antártico dos outros continentes.  
 Fonte: U.S. DEPARTMENT OF STATE GEOGRAPHER. Disponível em: Google Earth Pro (imagem modificada pelo autor). Acesso em: 25 jul. 2018.

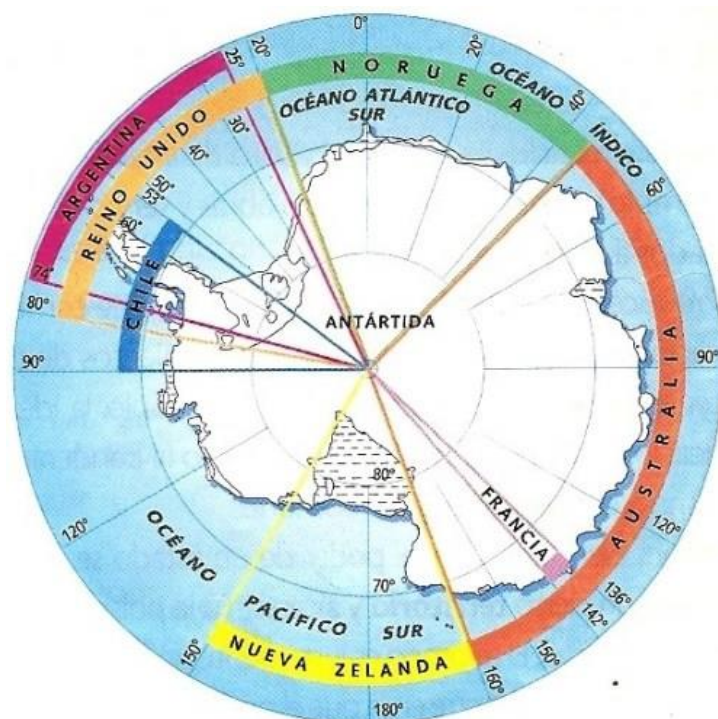


FIGURA 2 - Mapa com as reivindicações territoriais na Antártica.  
 Fonte: <<https://geografiaonlineblog.files.wordpress.com/2016/03/copia-de-escanear0012.jpg?w=500>>.  
 Acesso em: 02 jul. 2018.





FIGURA 3 - Mapa com a localização das Bases e Destacamentos Antárticos Argentinos.  
 Fonte: <<http://www.dna.gob.ar/bases-argentinas>>. Acesso em: 25 jun. 2018.